



Corte ordena que empresa se manifeste sobre acusação do PT a respeito de restrições a posts da campanha de Lula. Dona de Facebook e Instagram chama alegações de “falsas”

TSE dá 48 horas para a Meta se explicar

» DANANDRA ROCHA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou, ontem, que a Meta, empresa responsável pelo Instagram e pelo Facebook, apresente, em até 48 horas, esclarecimentos técnicos sobre a distribuição de conteúdos da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A decisão atende a uma representação da Coligação Brasil Pronto pra Mais, do candidato petista, que aponta possíveis restrições ao alcance de publicações e pede explicações sobre supostas falhas nas plataformas durante a disputa presidencial.

A empresa de tecnologia de Mark Zuckerberg — um dos bilionários norte-americanos que esteve na cerimônia de posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em janeiro de 2025, que tem declarado apoio ao rival de Lula no segundo turno, o candidato Flávio Bolsonaro (PL) — negou as acusações.

Na decisão, o ministro Marco Aurélio Bellizze, relator do caso, destacou que a apuração depende de informações sob controle da própria plataforma, como registros de moderação, dados de anúncios e mecanismos de distribuição de publicações. “Os fatos narrados ocorrem em ambiente que somente a representada controla: os sistemas de distribuição de conteúdos na rede, os registros de moderação, a plataforma de anúncios e os sinais de autenticidade de contas”, registrou.

A Coligação sustenta que conteúdos de Lula e de perfis alinhados ao campo político do presidente sofreram restrições seletivas, o que, na avaliação do grupo, pode comprometer a igualdade de condições entre as candidaturas. Entre os episódios apresentados está a desativação da conta de anúncios da campanha, em 23 de setembro.

Conforme a decisão, a Meta deverá preservar registros, dados de anúncios, métricas e logs de moderação relacionados ao caso. Também terá de detalhar perfil por perfil, as medidas aplicadas desde 16 de agosto às contas oficiais de Lula e a outros perfis indicados pela coligação. A lista inclui eventuais reduções de alcance, restrições nas buscas, exclusões dos sistemas de recomendação, remoções de conteúdo e alterações

Guilherme Cavalcanti/D.A/CB



Camilo Santana afirmou que Meta reconhece falha nas plataformas, mas continua cometendo novos erros

de métricas, com informações sobre datas, horários, origem das decisões e respectivas justificativas.

O tribunal também pediu explicações sobre possíveis recontagens ou exclusões de visualizações nos vídeos publicados em 7 de outubro, além dos motivos concretos para a desativação da conta de anúncios da campanha. Outro ponto é a existência de uma rede de 255 perfis no Instagram que, segundo a representação, seria operada com inteligência artificial e teria acumulado 58 milhões de visualizações em um mês com publicações contra Lula, o PT e Janja, a primeira-dama Rosângela da Silva.

Metodologia

A ação menciona ainda um levantamento do projeto VigIA, da Agência Lupa, segundo o qual 61 dos 64 conteúdos sintéticos identificados entre 1º e 5 de outubro continuavam disponíveis nas plataformas. O TSE também oficiou a Agência Lupa e o Instituto Democracia em Xequê para que apresentem as metodologias utilizadas em seus levantamentos.

O despacho exige ainda que a Meta explique como aplicar a regra eleitoral que trata da exclusão de perfis de candidatos dos sistemas de recomendação, prevista no artigo 28, parágrafo 1º-A, da Resolução

do TSE nº 23.610/2019. A empresa deverá esclarecer se o procedimento é aplicado de maneira idêntica às duas candidaturas que disputam o segundo turno.

A decisão ocorreu horas depois de integrantes da campanha de Lula acusarem a Meta de prejudicar a distribuição de conteúdos do presidente nas redes sociais. Ontem, o ex-ministro da Educação e senador Camilo Santana (PT-CE), que passou a integrar a coordenação da campanha à reeleição, afirmou que a sequência de falhas pode provocar desequilíbrio na disputa, marcada para 25 de outubro. “Ela (a Meta) reconhece o erro, mas não justifica e continua cometendo novos erros, e nós estamos a 15 dias das eleições”, declarou Santana, ontem, a jornalistas ao cobrar transparência da empresa de Zuckerberg.

O secretário nacional de Comunicação do PT, Éden Valadares, relatou problemas no funcionamento das plataformas. Segundo ele, a conta de anúncios de Lula ficou fora do ar durante o primeiro turno, e as publicações do presidente tiveram interrupções no registro de visualizações. Valadares afirmou ainda que o perfil do petista ficou temporariamente impedido de impulsionar conteúdos no feed do Instagram.

Levantamento da Secretaria Nacional de Comunicação do PT apontou que a página de Flávio

Bolsonaro registrava, em média, 2,96 vezes mais engajamento do que a de Lula, embora tivesse 17,2% menos seguidores. O partido atribui parte da diferença a possíveis falhas na distribuição de conteúdo, mas os dados apresentados pela legenda não comprovam, isoladamente, que o desempenho tenha sido provocado por uma ação deliberada da plataforma.

“A sucessão de problemas técnicos não explicados pela empresa levanta forte suspeita de que a ação da Meta se configure como uma tentativa de interferência no processo eleitoral brasileiro em benefício da candidatura de Flávio Bolsonaro”, afirmou Valadares. O PT anunciou que também apresentará denúncia à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

“Problemas técnicos”

Em nota divulgada ontem, a Meta rechaçou as acusações. “As alegações são simplesmente falsas e não encontram respaldo nos fatos. Muitos dos problemas técnicos mencionados não afetaram exclusivamente o Brasil ou contas específicas nas nossas plataformas”, declarou a empresa.

“Cumprimos com as normas eleitorais e estamos comprometidos com a isonomia do uso das nossas plataformas por todos”, acrescentou a nota.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Hamilton, Madison e as ameaças à liberdade de imprensa

Alexander Hamilton e James Madison ajudaram a construir a democracia norte-americana, mas divergiram sobre como proteger suas liberdades. Hamilton confiava na limitação constitucional dos poderes do governo; Madison passou a defender garantias expressas contra os abusos. Mais de dois séculos depois, esse debate permanece atual. Leis são indispensáveis para assegurar a liberdade de imprensa, mas sua eficácia depende também de uma cultura política que rejeite a censura e a intimidação. Os ataques a jornalistas na eleição brasileira mostram como essa proteção pode ser corroída, mesmo sem uma proibição formal de publicar, até pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quando um de seus membros se sente ameaçado por revelações indesejáveis.

Nascido no Caribe, Hamilton foi advogado, auxiliar de George Washington na Guerra de Independência e participante da Convenção Constitucional de 1787. Como primeiro secretário do Tesouro, estruturou as finanças do novo país. Defendia um governo federal forte, capaz de preservar a União. Madison, nascido na Virgínia, teve papel central na elaboração da Constituição e na defesa dos mecanismos de controle recíproco entre os poderes. Parlamentar e, posteriormente, quarto presidente dos Estados Unidos, tornou-se o principal articulador da Declaração de Direitos. Com John Jay, ambos escreveram *Os Artigos Federalistas*, utilizando os jornais para defender a ratificação constitucional.

Hamilton não foi o autor da Primeira Emenda. Sua contribuição a essa discussão foi formular uma objeção à necessidade de enumerar direitos. No *Federalista* nº 84, argumentou que proibir determinadas restrições poderia sugerir que o governo possuía poderes que não lhe haviam sido concedidos. “Para que declarar que não se farão coisas sobre as quais não existe o poder de agir?” Temia um pretexto para regulamentar a imprensa.

Seu argumento mais duradouro, porém, dizia respeito a distância entre as declarações constitucionais e a realidade: “O que é a liberdade de imprensa? Quem pode dar-lhe uma definição que não deixe uma latitude total para a evasão?” A segurança dessa liberdade dependeria “da opinião pública e do espírito geral do povo e do governo”. Até impostos poderiam sufocar economicamente a atividade que a Constituição prometia preservar.

Madison chegou à outra conclusão: os limites ao poder precisavam também de garantias explícitas. Sob pressão dos críticos da Constituição, apresentou ao Congresso, em 8 de junho de 1789, propostas de emendas. Na formulação inicial, qualificou a imprensa como “um dos grandes baluartes da liberdade”. A Primeira Emenda, ratificada em 1791, proibiu o Congresso de fazer leis restringindo a liberdade de expressão ou de imprensa.

A atualidade desse debate está na necessidade de combinar as duas preocupações. Mesmo nos Estados Unidos, diante das atitudes de Donald Trump contra a imprensa. Garantias jurídicas oferecem instrumentos contra os abusos, enquanto a disposição coletiva de defendê-las impede que sejam esvaziadas. Jornalistas podem ter liberdade formal e trabalhar sob ameaças, perseguições e campanhas destinadas a tornar insuportável o custo de investir. O medo também produz censura.

Primeiro turno

No Brasil, as ameaças à liberdade de imprensa antecederam a eleição. Segundo o levantamento da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), em 2025, ocorreram 66 casos de violência não letal contra jornalistas e veículos, envolvendo pelo menos 80 profissionais: um episódio a cada cinco dias. Foram 26 registros de violência física e 10 de intimidação, esses com crescimento de 40% sobre 2024. Os episódios de censura aumentaram 57%. No ambiente digital, o levantamento da Bites contabilizou cerca de 900 mil ataques à imprensa naquele ano, quase 2,5 mil por dia.

Agora, o primeiro turno aprofundou esse ambiente. Entre 16 de agosto e 4 de outubro, a Coalizão em Defesa do Jornalismo identificou 14.182 ataques contra jornalistas e veículos no X e no Instagram. A média diária passou de 188, no início da campanha, para 327 nos oito dias anteriores à votação, alta de aproximadamente 74%. Foram analisados 3,7 milhões de publicações e comentários. Os números de 2025 e da campanha não permitem uma comparação direta, mas documentam a persistência da hostilidade.

As mulheres concentraram 64,8% dos ataques a profissionais individualmente identificados. Natalia Viana foi hostilizada ao procurar uma fonte, antes de publicar a reportagem. Juliana Dal Piva sofreu agressões no contexto das investigações sobre o Banco Master. Insultos misóginos e incentivos à violência ultrapassam a crítica ao jornalismo: procuram intimidar quem o exerce. A escalada acompanhou a violência política nas ruas. Justiça Global e Terra de Direitos registraram 134 episódios nos 50 dias da campanha do primeiro turno, um a cada nove horas. Houve 64 ameaças, 19 agressões físicas, 11 atentados e dois assassinatos. A média diária cresceu 40% em relação ao período monitorado em 2022.

Esse recrudescimento da violência é um péssimo sinal para o segundo turno. Lula e Flávio Bolsonaro precisam condenar ameaças e cobrar essa conduta de seus apoiadores. Investigar, perguntar e publicar são condições para que o eleitor decida com informação. Uma campanha que transforma jornalistas em inimigos ameaça também a liberdade de escolha dos cidadãos e o futuro imediato da ordem democrática.

Recontagem de votos no RJ dá vitória a Ruas

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) oficializou a vitória do candidato ao governo do estado pelo PL, Douglas Ruas, depois da recontagem dos votos ontem. A medida foi determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após a anulação dos 274.411 votos recebidos pelo ex-governador Anthony Garotinho (Republicanos), na quinta-feira. Com a mudança, Ruas ultrapassou 50% dos votos válidos, sendo eleito no primeiro turno.

No domingo passado, Ruas obteve 4.271.199 votos, o equivalente a 49,27% dos votos válidos, enquanto o segundo colocado, Eduardo Paes (PSD), recebeu 3.706.984 votos, ou 42,76%. Com esses resultados, os dois disputariam o segundo turno. No entanto, após a anulação dos votos de Garotinho, o percentual de votos válidos de Ruas passou para 50,88%.

De acordo com o presidente do TRE-RJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, as partes legítimas terão dois dias para apresentar eventuais impugnações. Depois, o resultado será publicado em até três dias. Na sequência, será convocada uma sessão plenária para que a Corte examine possíveis contestações e, ao

AFP



Governador eleito, Douglas Ruas será confirmado no próximo dia 15

final, homologue o resultado. O resultado ainda será submetido a procedimentos formais antes da proclamação definitiva, marcada para dia 15 de outubro, às 15h.

Antes do resultado oficial, na manhã de ontem, Ruas esteve em São Gonçalo (RJ) com o candidato à Presidência da República e senador Flávio Bolsonaro (PL), em uma motocarreira. Os dois celebraram a vitória do mais novo governador em um trio elétrico.

“Nós vamos declarar guerra ao narcotráfico no Rio de Janeiro e no Brasil. Ladrão de celular vai ficar oito anos preso e vai ter que trabalhar para pagar sua estadia. Menor

de idade que comete crime de gente grande vai pagar como gente grande”, disse o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao lado de Ruas.

Em uma rede social, Ruas agradeceu pela vitória e afirmou que vai trabalhar “por um Rio mais seguro, inclusivo e cheio de oportunidades”. “Recebo essa vitória com o coração cheio de gratidão a Deus e a cada fluminense que confiou em nosso projeto. Mais de 4 milhões de votos representam a esperança de milhões de pessoas e a enorme responsabilidade de construir um futuro melhor para o nosso Rio. A nossa missão está apenas começando!”, disse.